

Relatório Anual

2023

(Ano-base 2022)



Elaboração

Inara Françoyse de Souza Pereira - Analista Judiciária - Apoio Especializado - Estatística

Revisão

Clóvis Gomes da Silva Correia - Assessor-chefe

Composição da APMP

Clóvis Gomes da Silva Correia - Assessor-chefe

Planejamento, processos de trabalho e normatização

Catalina Velásquez de Oliveira - Coordenadora de Gestão de Processos

Guilherme Rossilho - Analista Judiciário - Apoio Especializado - Economia

Julia Regina Peixoto Hermenegildo da Silva - Assessora

Divisão de Gerenciamento de Projetos / Núcleo Socioambiental

Alexandre de Caiado Castro Moraes - Coordenador

Ramon Felix da Silva Cota - Auxiliar de Administração

Divisão de Estatística

Inara Francoyse de Souza Pereira - Analista Judiciária - Apoio Especializado - Estatística

Amós Henrique Araújo - Analista Judiciário - Apoio Especializado - Administração

Sérgio Walney Mendes Martins - Assessor

Estagiários

Emilly Oliveira da Silva - Administração

Letícia Ferreira da Silva - Economia

Thalyson Matheus Lopes dos Santos - Administração

Este relatório tem como objetivo dar transparência às informações de atuação do Poder Judiciário de Alagoas e apresentar o comportamento dos principais indicadores de produtividade como o Índice de Atendimento à Demanda (IAD), taxa de congestionamento, quantitativo de processos pendentes e baixados, casos novos e índice de conciliação durante o ano de 2022. Os indicadores e as variáveis calculados são fundamentados na Resolução CNJ 76/2009.

A Figura 1 apresenta o quantitativo de casos novos durante os meses de 2022. Podemos ver que nos meses de março, setembro e outubro há uma elevação desse quantitativo. Esse comportamento se deve aos casos novos de execução fiscal distribuídos para a 15ª Vara Cível da Capital. No primeiro grau, o mês de janeiro foi o de menor entrada, enquanto no segundo grau, este foi o mês de dezembro.

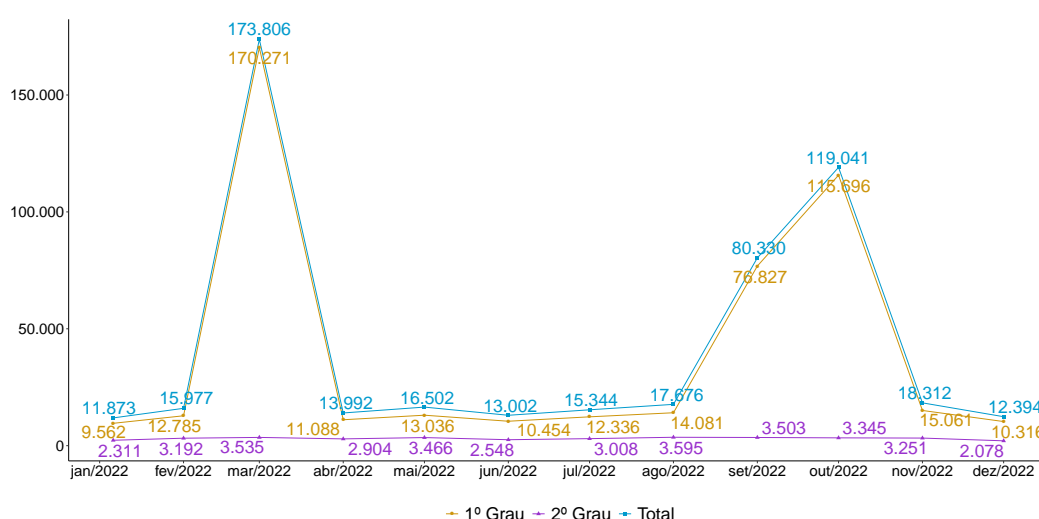


Figura 1: Casos novos

A Figura 2 apresenta o quantitativo de processos baixados durante os meses de 2022. Podemos ver que, a partir de maio houve alguns meses com uma elevação de processos baixados, especialmente no mês de novembro. Assim como nos casos novos, esse comportamento se deve à grande quantidade de baixa de processos de execução fiscal na 15ª Vara Cível da Capital. No 2º grau o mês com mais processos baixados foi o mês de maio.

O IAD é um indicador que verifica se a unidade jurisdicional foi capaz de baixar processos pelo menos em número equivalente ao quantitativo de casos novos. O ideal é que esse indicador permaneça superior a 100%. A Figura 3 apresenta o IAD durante o ano de 2022. Podemos

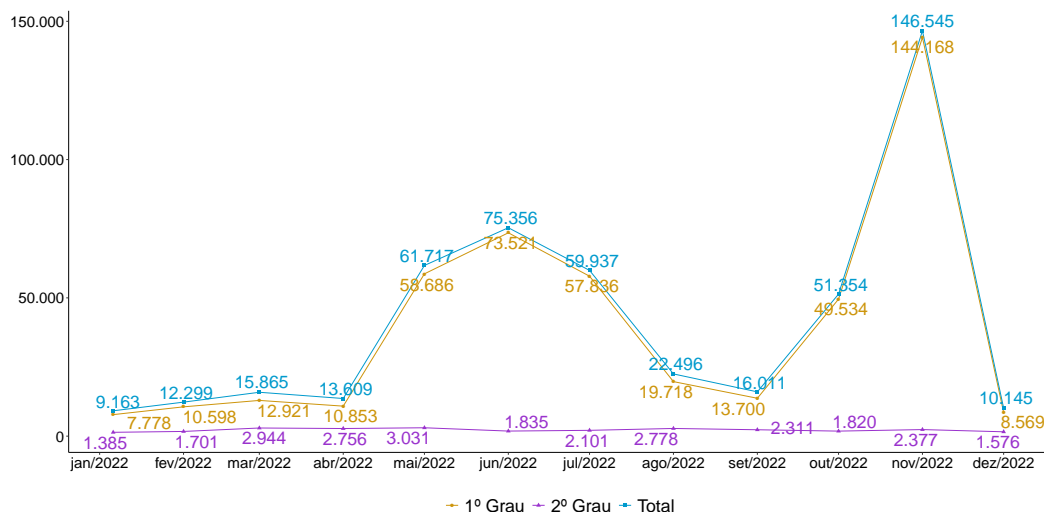


Figura 2: Processos baixados

ver que o IAD total apresentou muitas variações ao longo dos meses, se devendo esse fato em grande parte ao quantitativo de processos entrados e baixados de execução fiscal.

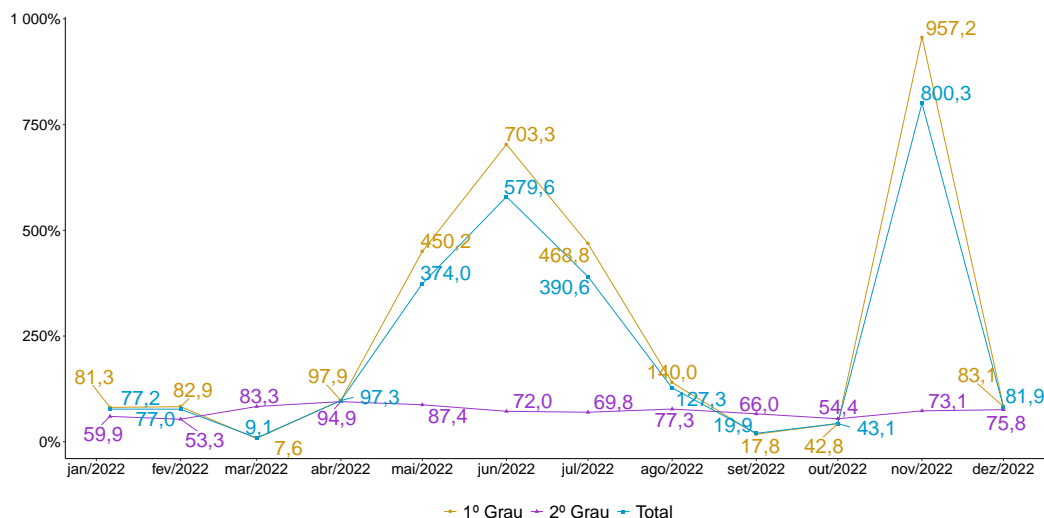


Figura 3: Índice de atendimento à demanda

A Figura 4 apresenta o quantitativo de sentenças e decisões terminativas proferidas durante os meses de 2022. As decisões terminativas no 2º grau referem-se a todas as decisões colegiadas e monocráticas que põem fim à relação processual no 2º grau, excluindo os despachos de mero expediente, as decisões interlocutórias e as decisões de embargos de declaração.

Havendo mais de uma decisão no mesmo processo, todas são consideradas. Podemos ver que, a partir de maio houve alguns meses com uma elevação de processos julgados, especialmente no mês de novembro. Assim como nos casos novos e processo baixados, esse comportamento se deve à grande quantidade de processos julgados de execução fiscal na 15ª Vara Cível da Capital.

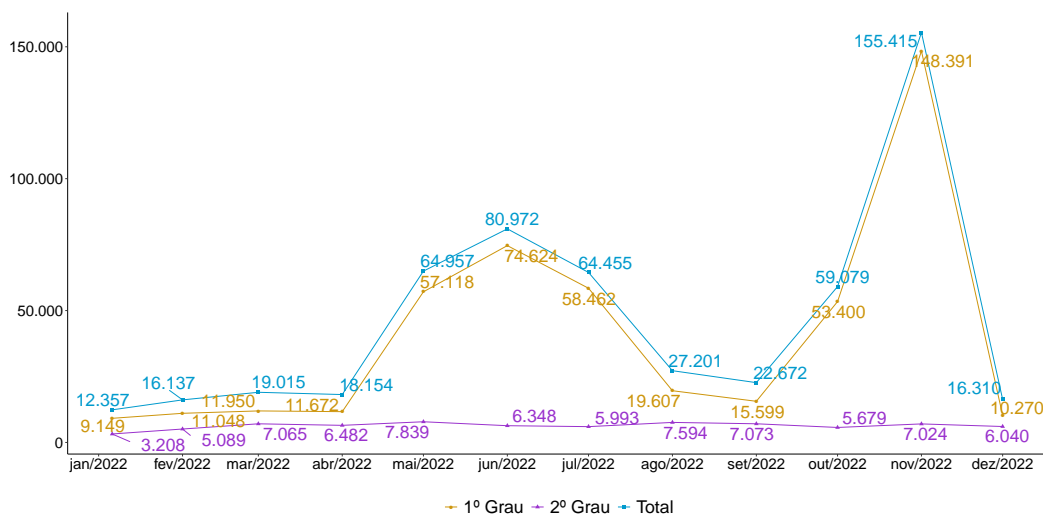


Figura 4: Sentenças e decisões

Na Figura 5 podemos ver o comportamento do quantitativo de processos pendentes de baixa durante o ano de 2022. Podemos observar que o Poder Judiciário de Alagoas finalizou o ano de 2022 com pouco mais de 501 mil processos pendentes, e houve aumento do estoque se compararmos os meses de janeiro e dezembro.

A taxa de congestionamento é um indicador que mede o percentual de casos que permaneceram pendentes de baixa, em relação ao que tramitou (soma dos pendentes e dos baixados). Quanto maior o índice, maior a dificuldade da unidade jurisdicional em lidar com seu estoque de processos. Logo, quanto menor, melhor. A Figura 6 apresenta a taxa de congestionamento durante os meses de 2022. A taxa de congestionamento total chegou a 50,4% no mês de dezembro, 48,5% no primeiro grau e 69,5% no segundo grau.

O índice de conciliação é dado pelo percentual de sentenças e decisões resolvidas por homologação de acordo em relação ao total de sentenças e decisões terminativas proferidas. Quanto maior, melhor. Na Figura 7 podemos ver o comportamento do índice de conciliação na

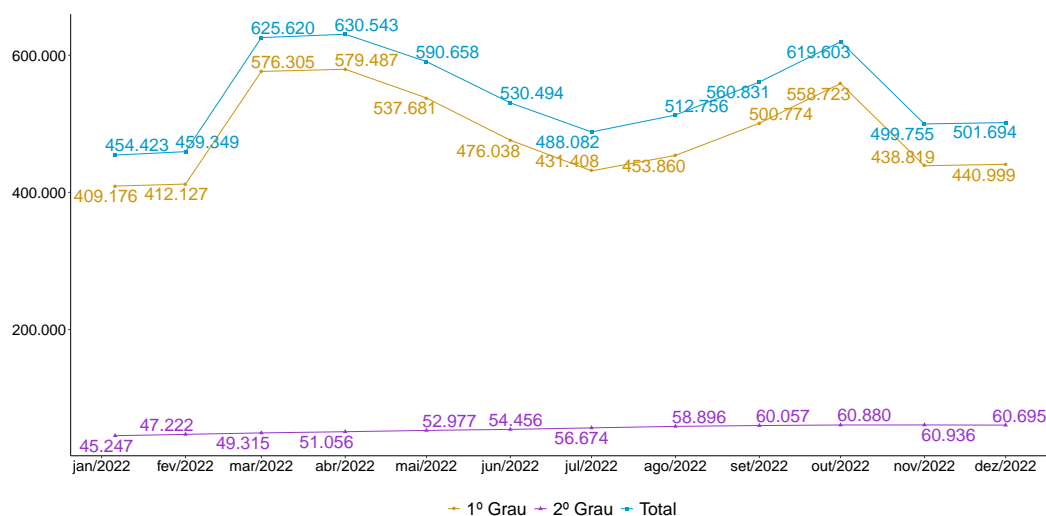


Figura 5: Processos pendentes

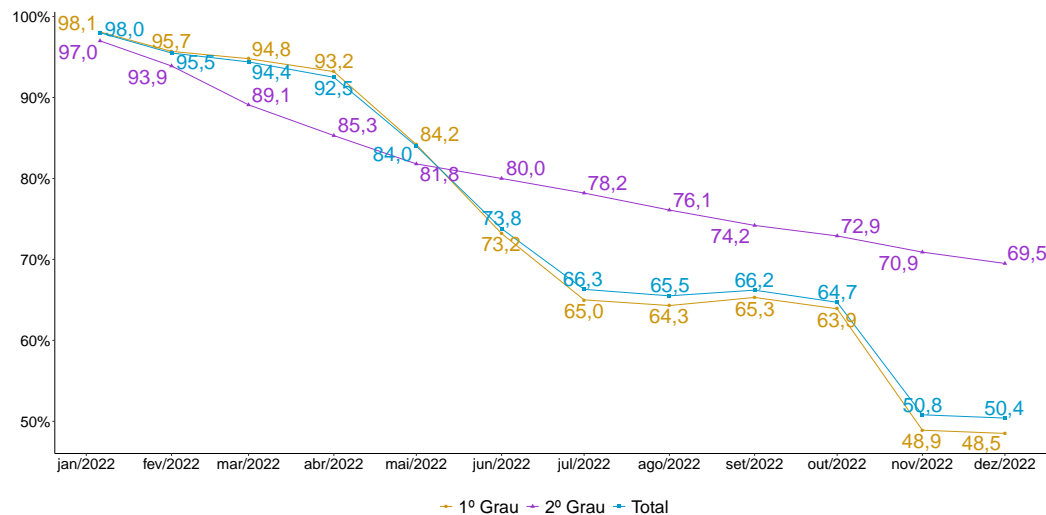


Figura 6: Taxa de congestionamento

fase de conhecimento do 1º grau durante o ano de 2022. Tal índice chegou a 19,9% no mês de março.

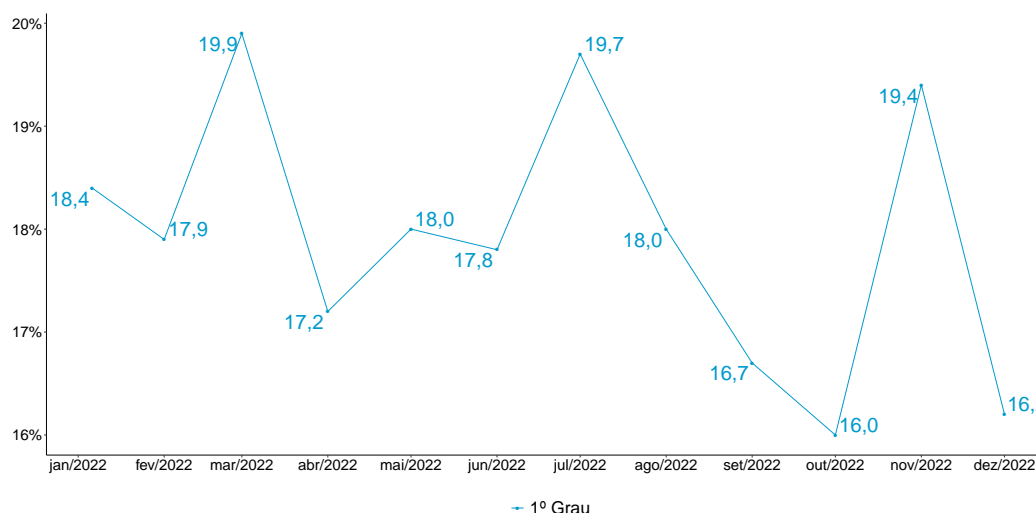


Figura 7: Índice de conciliação na fase de conhecimento do 1º grau

Ao longo deste relatório foram apresentados os resultados dos principais indicadores de produtividade do Poder Judiciário de Alagoas nos meses de 2022.

Houve uma grande baixa de processos de execução fiscal, a taxa de congestionamento total atingiu 50,4% e o índice de conciliação na fase de conhecimento chegou a 19,9% no mês de março no 1º grau.

Os indicadores aqui apresentados resumizam os principais resultados alcançados e a evolução ao longo do ano de 2022 na produtividade. É objetivo deste relatório trazer transparência das informações do judiciário alagoano, indicar direcionamentos e servir como instrumento na busca do aperfeiçoamento e melhoria contínua da gestão. É fundamental que os(as) servidores(as) e magistrados(as) procurem sempre o melhoramento na alimentação e registro dos dados processuais, observando-se as regulamentações internas e aquelas decorrentes das orientações emanadas do Conselho Nacional de Justiça referentes a classes, assuntos e movimentos.